

## A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM ESCOLA DO CAMPO: O EFEITO DO NOVO CORONAVÍRUS

**Munir Lauer**

Doutorando em Educação  
Universidade de Passo Fundo (UPF)  
Professor da Rede Estadual de Ensino - RS  
[munirjlauer@gmail.com](mailto:munirjlauer@gmail.com)

### INTRODUÇÃO

Quando o governador do estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, em 12 de março de 2020, publicou o Decreto 55.115/2020, dispondo sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo coronavírus), e acrescido do Decreto 55.118/2020, determinando a suspensão das atividades nos órgãos ou entidades da administração pública estadual, concomitantemente, suspenderam-se as aulas na rede pública de educação. Assim definiu-se as aulas a distância nas escolas, em razão do regime excepcional de teletrabalho dos servidores públicos e de evitar-se aglomerações de pessoas. Seguindo esse propósito, publicou-se o Memorando Circular GAB/SEDUC nº 02/2020, que passou a orientar as Coordenadorias Regionais de Educação e as respectivas escolas, no sentido da utilização da metodologia de aulas programadas, em que cada escola deveria elaborar seu plano de ensino e os professores participarem de cursos online de formação junto ao Portal da Educação/SEDUC.

Logo fomos tomados de surpresa e preocupação - *e agora como proceder no ensino a distância em uma escola do campo? Qual metodologia adotar?* De imediato, tivemos que nos reinventar. O primeiro passo foi perguntar aos educandos – *quem tem internet em casa?* E ao contrário do que imaginávamos inicialmente, outra surpresa. Dos 96 alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental 29 de Outubro, localizada no Assentamento 16 de março (antiga Fazenda Annoni), município de Pontão/RS, apenas 15 não possuem internet nas suas residências. O segundo passo foi – *o que fazer?* A Secretaria Estadual, por intermédio da Coordenadoria Regional de Educação, nos repassava orientações, porém de ordem prática e didática-pedagógica, a metodologia deveria ser construída/elaborada, não havia uma direção, um método a ser seguido.

Com a intenção de descrever essa experiência, até então inusitada, em ensino a distância em escola do campo de ensino fundamental, esse texto estrutura-se em dois momentos. Primeiramente, menciona-se a metodologia adotada nas aulas, descrevendo a organização do processo de ensino-aprendizagem, bem como, os encaminhamentos de ordem institucional da escola. Posteriormente, avalia-se esse processo, ou seja, se descreve minimamente, sobre alguns elementos importantes que surgiram no decorrer

desse período: a comunicação/interação entre educadores e educandos, as estratégias adotadas em relação ao contato/conexão entre educadores e educandos, a postura das educadoras e dos educadores quanto ao ensino à distância.

Também como se perceberá no decorrer da leitura, esse texto não se ampara em fundamentações teóricas robustas e é cercado de muito empirismo e subjetividade, e esse encaminhamento dado é intencional. Estamos vivenciado momento ímpar, tanto enquanto seres humanos, quanto atores ligados a educação. Dessa forma, intenta-se descrever nesse ínterim, a realidade pura dos educadores e das educadoras de uma escola do campo de assentamento da reforma agrária, deixando tais fundamentações teóricas, imprescindíveis e necessárias, para um segundo momento, a esperar as contribuições de outros pesquisadores e educadores.

### **METODOLOGIA ADOTADA**

Inicialmente, identificamos que a metodologia de aulas a serem desenvolvidas deveria ser diferenciada, ou seja, do 1º ao 5º ano seria uma, e do 6º ao 9º ano outra. Do 1º ao 5º ano, e aos demais educandos que não possuíam internet, as atividades a serem efetuadas em casa eram entregues na escola para os pais ou responsáveis, que deslocavam-se até à escola para retirar o material e receber orientações dos educadores de como proceder.

Quanto aos educandos do 6º ao 9º ano, os mesmos criaram em suas respectivas turmas, grupos de *WhatsApp*. Por meio deste canal, as atividades eram enviadas. Em cada grupo de *WhatsApp*, de cada turma, houve a designação de dois ou três educadores para atuarem como coordenadores, como referências no momento das dúvidas e questionamentos. Sendo assim, cada educador postava nos grupos as atividades a serem executadas, tal como, o retorno das mesmas.

Para além das atividades específicas de cada disciplina, os educandos ficaram comprometidos em realizar duas tarefas principais. A entrega de um texto tratando sobre o novo coronavírus e, principalmente, a manutenção diária do processo de memória reflexiva, em forma de diário, que é componente principal do processo avaliativo da escola.

Até aqui, a descrição metodológica caracteriza um período inicial, em torno de duas semanas de suspensão das aulas, um período ainda de novidades no trato do ensino a distância. Com o amadurecimento desse processo, logicamente, fruto da prorrogação do período de suspensão das aulas, novas dimensões começaram a se projetar.

Num segundo estágio, educadoras do 1º ao 5º ano também se aventuram na criação de grupos de *WhatsApp* e estabelecem contato mais direto com os pais e educandos. Esporadicamente, aqueles pais, em número pequeno, que não possuíam internet, vinham até a escola buscar atividades e materiais, em horários previamente

agendados com os educadores ou a direção da escola. Outra característica desse segundo momento, é a inserção dos educadores em todos os grupos de *WhatsApp*, em todas as turmas. Desse modo, se no início cada grupo tinha a presença de dois ou três educadores, passou-se, devido a necessidade de envio de atividades e de sanar dúvidas e questionamento sobre as mesmas, a integração (e intervenção) coletiva nesse processo.

Outro elemento fundamental que surgiu nesse segundo momento, tanto por necessidade de planejamento quanto por criatividade dos educadores, foi a utilização crescente das tecnologias de informação e comunicação (TIC's). No início, os educadores utilizaram recados de atividades nos grupos de *WhatsApp*, digitações no *Word* e imagens de páginas de livros didáticos. Depois, avançou-se também para vídeos, *links* de sites, *Google Classroom*, entre outros.

Especificamente para a direção da escola, para além de coordenar todo esse processo de aulas à distância, coube prestar contas da real efetivação dessas práticas à Coordenadoria Regional de Educação. E estas, se deram mediante o envio do Plano de Ação da escola, sendo nesse período solicitado duas vezes: um plano de ação dos dias 19/03 a 02/04, e outro dos dias 03/04 a 30/04. No referido Plano de Ação constava: objetivo, justificativa, período de execução, orientações sobre o controle de frequência dos educandos, orientações gerais à comunidade escolar e os planos de aula dos educadores (conteúdos, habilidades trabalhadas, especificação das atividades).

Contudo, para além desse processo metodológico de aulas a distância, foi determinada pela Secretaria Estadual de Educação, que os servidores públicos em educação permanecessem nesse período em formação (atividade obrigatória). No período de 20/03 a 04/05 os educadores participaram do curso online Formação Continuada da Escola Gaúcha: Currículo em Ação, dividido em dois módulos: o Contexto do Currículo na Escola Gaúcha (módulo I – 20 horas) e Elaboração do Currículo Referência da Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul (módulo II – 40 horas).

## **AVALIAÇÃO DO PROCESSO**

Com relação a este processo de aulas a distância em escola do campo no ensino fundamental, podemos aferir algumas reflexões. Os educadores, até em razão do distanciamento social e das restrições impostas, na sua ampla maioria, se propuseram a adaptar-se ao momento, ou seja, se autocondicionaram a metodologia de ensino a distância, mesmo não possuindo experiência alguma.

Os educadores estudaram muito nesse período, tanto com relação ao planejamento e execução das atividades desenvolvidas pelos educandos, quanto pela exigência da formação online proposta pela Secretaria Estadual de Educação. Aliás, aqui abrimos um parêntese, em um primeiro momento, não foram raras as ocasiões, em que os

educadores tiveram que estudar de madrugada para dar conta do conteúdo do curso, em razão de que durante o dia, haviam problemas no sistema operacional do curso, devido ao grande número de participantes do mesmo (segundo dados da Secretaria Estadual de Educação, mais de 42 mil educadores), apresentando com isso dificuldade de acesso à internet.

Importante também ressaltar essa rápida adaptação dos educadores ao ensino a distância. Em um primeiro momento, de desconhecimento total das ações, passando para uma emergência da criação de grupos de *WhatsApp* de ensino-aprendizagem e avançando para o uso consciente de novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse caminho, ocorrem processos de amadurecimento dos educadores no contato com as tecnologias, sejam eles espontâneos ou condicionados pela situação.

Entretanto, era perceptível nas postagens no grupo de *WhatsApp* dos educadores certa apreensão e angústia, com relação a demora no retorno, por parte dos educandos, das atividades solicitadas. Pois não se sabia o que estava acontecendo, se era desinteresse, problemas familiares ou problemas na internet. Nos casos de não retorno das atividades no tempo pré-estabelecido, o contato era feito diretamente com os pais para averiguar a situação. Tornou-se corriqueiro, por parte de muitos educadores, a insistência em enviar mensagens aos educandos menos participativos, tentando auxiliá-los das mais diversas formas possíveis, principalmente no que se refere a forma de recebimento dos conteúdos. A maioria dos educandos possuem acesso à internet em casa, entretanto, esse elemento é enganoso, seus celulares não possuem grande capacidade de armazenamento de dados, ou não abrem arquivos em *Word*, em *PDF* ou mesmo vídeos, sendo que poucos possuem computador.

Assim, os educadores tiveram a percepção de que não adiantava apenas enviar as atividades, mas também saber se estas atividades estavam chegando aos educandos, e se estes estavam em condições de acessá-las plenamente. Nessa relação conexão/contato, questões de acesso foram “minimizadas”, devido ao grande engajamento dos educadores. Percebendo essa dificuldade (de desigualdades de acesso), os educadores planejavam suas atividades levando em consideração esse contexto. Exemplos: no educando A, a atividade não poderia ser em vídeo, porque a internet é lenta; no educando B, a atividade não poderia ser em *PDF*, porque não abriria no celular; no educando C, as atividades deveriam ser enviadas somente a noite, pois durante o dia o pai estaria com o celular no trabalho; no educando D, seria necessário enviar as atividades para o vizinho, que possuía internet de melhor qualidade. Os casos de difícil comunicação exigiam dos educadores a ida presencial até a casa dos educandos.

Sabemos das dificuldades de se trabalhar em grupo, e no processo de organização e execução das aulas a distância não foi diferente. A ampla maioria dos educadores

apresentaram uma participação ativa no processo, mas sempre há aqueles, em menor número, que se envolveram pouco nos mecanismos acordados (e orientados anteriormente pela direção da escola) de interação entre educadores e educandos, tanto de ensino-aprendizagem, quanto no sentido motivacional. Alguns educadores não cumpriram o planejamento coletivo, ou seja, enviar atividades somente nos períodos planejados, e não anterior ou posterior a esses períodos, perfazendo com isso, uma preocupação redobrada da direção da escola com os encaminhamentos pedagógicos.

Uma das preocupações da escola que em um primeiro momento não foi considerada, até em razão da emergência dos fatos, mas que posteriormente, adquiriu centralidade, diz respeito a forma de avaliação dos educandos. Em 2020, a Secretária Estadual de Educação do Rio Grande do Sul determinou a unificação da forma de avaliação – notas de 0 a 10. Essa decisão afetou e muito a Escola 29 de Outubro, principalmente pelo fato da mesma utilizar-se da avaliação emancipatória como critério fundamental, desde 2007. Se por um lado trata-se de um desrespeito com o histórico e a proposta da escola e da comunidade escolar, por outro, situa a avaliação meramente no aspecto individualista, classificatório, punitivo e vazio de subjetividade, com o propósito de adequar-se a um sistema tecnológico de padronização. Ao desconsiderar o percurso histórico de construção/elaboração de uma avaliação emancipatória realizada por muitas mãos, ações governamentais como esta, situam a construção do conhecimento no ambiente da frieza dos números. A centralidade de tais ações nesse sentido, foca-se na avaliação burocrática, técnica e desprovida de humanidade.

Dessa forma, a escola adentrou o ano de 2020 adequando-se a infeliz avaliação por notas. Mas com a preocupação em manter a qualidade do ensino e aprendizagem, por determinação e perspicácia dos seus professores, tomou-se a decisão, aprovada em reunião com os pais, que no sistema constaria notas, mas estas notas seriam resultados das mesmas práticas adotadas anteriormente, ou seja, mediante a adoção da memória reflexiva (com valor de 50% da nota, os outros 50% dividiam-se entre provas/trabalhos e atitudes/posturas). Tal ferramenta (a memória reflexiva) é um diário pessoal, em que os educandos, após cada período de aula, descrevem a sua aprendizagem, de maneira conceitual. A avaliação (e a auto avaliação) nessa proposta são constantes, possibilitando reflexões sobre as temáticas tratadas. Assim, a maior parte da nota dos educandos seria resultado da *memória reflexiva*.

Porém, com o advento da pandemia do novo coronavírus e da imersão no universo do ensino a distância e, conseqüentemente, com a elaboração do Plano de Ação da escola solicitado pela Secretaria Estadual de Educação, a avaliação também adquiriu outros desdobramentos. A memória reflexiva continua a ser o principal método de avaliação. Contudo, para aferir a frequência dos educandos outros critérios também são requisitados:

a devolutiva das atividades solicitadas e a comunicação/interação online entre educadores e educandos.

E quando falamos sobre a comunicação/interação online entre educadores e educandos, um ponto causou estranheza em um primeiro momento. No início da devolutiva das atividades aos educadores, os educandos enviavam suas respostas escrevendo-as mediante o uso de jargões, gírias e abreviaturas utilizadas nas redes sociais, desconsiderando as acentuações gráficas, ao contrário da forma como escreviam no caderno. Em algumas situações pontuais, a comunicação tornou-se impossível, em razão dos educadores desconhecerem o sentido das abreviações das palavras e suas significações. Posteriormente, no decorrer do processo, mediante intervenções dos educadores, tais situações minimizaram-se consideravelmente, mas não desapareceram por completo.

Desde o início do processo de ensino a distância, um fator ficou claro: os educandos que possuíam dificuldades de aprendizagem na escola foram justamente aqueles que também apresentavam maiores dificuldades em realizar as atividades em casa. E há motivos para tal afirmação, o primeiro é o fator destes educandos não compreenderem a lógica da atividade explicada a distância (déficit de aprendizagem), conseqüentemente, não compreendendo a atividade não teriam condições de desenvolvê-la, bem como também, a maioria dos educandos que não possuíam acesso à internet (ou acesso de modo precário) eram os mesmos em defasagem de aprendizagem. Somado a esses dois elementos, acumula-se que as famílias destes mesmos educandos com dificuldades de aprendizagens são as que apresentam um capital cultural inferior as demais famílias (poucos anos de estudos, pouca participação social na comunidade, condição financeira instável), inviabilizando quase que por completo o auxílio familiar quanto aos estudos em casa.

Contudo, se adentrarmos em um contexto mais ampliado de discussão quanto aos desdobramentos passados, presentes e futuros do ensino a distância em escola do campo, e a percepção disto pelas educadoras e pelos educadores, logo teremos três espaços de tempo. Em um primeiro momento, visualizaremos que os professores vivenciaram um momento de “susto, espanto”, de fazer algo que não tinham experiência alguma. A preocupação maior era “não deixar os educandos e educandas na mão”, ou seja, propiciar aos educandos e educandas atividades que mantivessem no mínimo uma boa qualidade de ensino. Ocorreu uma centralidade de ações mais no sentido pessoal, subjetivo, de comprometimento e responsabilidade com a proposta da escola e de auxiliar os educandos e educandas, e menos no sentido de “saber o que se está fazendo”, se é correto ou não, com relação a metodologia do ensino a distância. Mesmo sem dados fidedignos ou pesquisas de referência, se presume que a maiorias dos nossos educadores (no âmbito

geral, não somente em escola do campo) estão situados nesse contexto, ou seja, propiciar atividades para os educandos e educandas, nada além disso, acriticamente quanto aos efeitos políticos dessas ações de ensino a distância.

Em um segundo momento, após o impacto inicial, gradativamente começou-se a (re)pensar essa proposta de metodologia de ensino a distância e o que há por trás dela. A análise crítica desse processo, atingiu inicialmente um número pequeno de educadores e educadoras, se expandido, principalmente, entre aqueles que se encontram em permanente formação (independente de um curso formal ou não), e que por conseguinte, compreendem as mazelas desse processo. Essa análise mais avançada e crítica, encontrou expressão sobretudo fora do ambiente escolar, estando centralizada nas universidades, nas lideranças de movimentos sociais e sindicais e em setores progressistas da educação. Essa discussão (dos males da EAD) ainda, nesse segundo espaço de tempo, se postou distante da grande maioria dos educadores e educadoras do campo.

Na sequência, em um terceiro momento, de complexa mensuração, no sentido de compreender a amplitude da intervenção (isto é, quantos educadores tiveram acesso a esses debates), ocorreram iniciativas advindas dos Setores Nacional e Estadual de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o propósito de dialogar coletivamente com as escolas e seus educadores, sobre as reais condições de ensino a distância nas escolas do campo. Dessa forma, ocorreram reuniões virtuais entre educadores de escolas de assentamentos de todas as regiões do estado do Rio Grande do Sul, coordenadas pelo Setor Estadual de Educação do MST. Essas reuniões, primeiramente, demonstraram um diagnóstico real (e difícil) da situação das escolas e, posteriormente, estabeleceram diretrizes de debate ao alcance de uma gama maior de educadores, possibilitando assim, que mais sujeitos (nas escolas) pudessem se apropriar de reflexões acerca da aplicabilidade das aulas programadas a distância.

Especificamente, a Escola 29 de Outubro, além de participar do debate coletivo entre as escolas do campo do estado, também realizou debates e reflexões internas, amparadas no documento do Setor Nacional do MST - *Orientações políticas para o debate sobre o Calendário Escolar e Educação a Distância em tempos de pandemia*, e de Nota do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) - *A Educação do Campo no enfrentamento da Covid-19 no Brasil*, bem como também, através de questionários encaminhados pelo Setor Estadual de Educação do MST. A partir do debate interno e da análise dos documentos citados, elaborou-se o documento próprio da escola – *Análise da Escola 29 de Outubro sobre as aulas a distância em tempos de pandemia da Covid-19*, que foi socializado junto ao Setor Estadual de Educação e demais escolas do campo de áreas de assentamentos da reforma agrária.

Desse terceiro momento em diante (após um mês de aulas programadas) e, logicamente, atribuído às discussões internas, começaram a ocorrer reações de caráter mais político. E uma questão surge fortemente: *Se nós educadores fizermos um bom trabalho e o governo entender que está dando tudo certo, será que tentarão implantar o ensino a distância nas escolas do campo?*

Dessa maneira, caso se efetivasse tal ideário, se trataria de mais uma forte intervenção na educação pública, utilizando a pandemia como elemento de experimentação em larga escala das plataformas digitais e dos instrumentos e práticas não presenciais para depois da pandemia efetivarem esse modelo na educação básica. Ou seja, com a adesão a esse propósito, os agraciados com tal medida não serão os filhos(as) dos trabalhadores(as), mas as corporações empresariais de ensino privado, que a tempos pressionam o Estado no sentido de mercantilizar e privatizar o ensino (MST, 2020).

Entretanto, a problemática não está na inserção de uso tecnológico no processo de ensino e aprendizagem. A questão central é que estes não devem de modo algum fomentar a desigualdade educacional e a exclusão escolar (MST, 2020). Se reconhece a importância do uso das tecnologias como instrumentos de informação e comunicação e, obviamente, não somente na área educacional. Quando utilizadas de maneira ética, elas podem auxiliar (como nesse momento de pandemia do novo coronavírus), para direcionar a população de maneira ágil e eficaz sobre os cuidados com a saúde, para minimizar os efeitos do distanciamento social, para fornecer novos dados e descobertas da ciência e ações dos governos e da sociedade. Porém, ao apresentar as propostas de ensino a distância nesses moldes vigentes, é ignorada a diversidade socioterritorial e a realidade da infraestrutura que a sociedade e as escolas apresentam, principalmente as escolas do campo, no que se refere ao acesso à internet, computadores, energia elétrica, entre outras variáveis imprescindíveis para a oferta de educação com qualidade (FONEC, 2020).

Com o acúmulo de muito trabalho coletivo, a Educação do Campo faz parte de um processo de formação humana, que necessita constante interação no trabalho educativo entre educadores(as) e educandos(as). E na própria convivência com os trabalhadores(as) da escola, na utilização de bibliotecas, em ações e tomadas de decisões coletivas, na relação proximal do ensino com a realidade, e inserção no trabalho agrícola (MST, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES**

Sobre o ensino a distância em escola do campo de ensino fundamental não há fundamentações teóricas sólidas que possam sustentar projeções maiores no momento. E também há sérias dúvidas se podemos definir esse processo como ensino a distância (EAD), mas para o momento, continuamos a utilizar essa nomenclatura. De imediato, sinaliza-se que a tarefa de planejar e executar o ensino a distância em uma escola do

campo foi uma tarefa árdua e penosa, que requereu mais comprometimento e dedicação de seus atores, do que propriamente domínio das ações efetuadas. Isto significou que os processos metodológicos de aplicação estavam mais situados no âmbito da vontade subjetiva (dos educadores) e empirismo, do que no espaço do conhecimento propriamente dito (do ensino a distância).

Essa experiência de ensino a distância em escolas do campo é uma excepcionalidade, devido a pandemia do novo coronavírus. Mesmo tendo pontos positivos, principalmente para os educadores, no sentido de aprofundamentos de estudo e planejamento, assim como, na incorporação de novas tecnologias de informação e comunicação, não há como defendê-la como método apropriado. Os educandos têm a sua qualidade de aprendizagem reduzidas. Ocorre um desnivelamento de oportunidades, em razão da qualidade do acesso. Sabemos que a ampla maioria dos educandos (da Escola 29 de Outubro) possuem acesso à internet em suas casas, porém, alguns questionamentos pairam no ar: qual a capacidade/velocidade dessa internet? Os educandos acessam as atividades no celular ou no computador? Quantos possuem computador ou condições de comprar um? Comporta-se assim, fortemente, a concepção de que há desigualdades de acesso. E mais, a realidade aqui exposta, da Escola 29 de Outubro, não reflete a realidade de todas as escolas de campo, de assentamento da reforma agrária, longe disso. O cenário decorrido do ensino a distância em outras escolas, em outras regiões do estado, não é nada animador - educandos e educadores sem acesso à internet e grandes distâncias separando os mesmos.

## REFERÊNCIAS

FONEC. **A Educação do Campo no enfrentamento da Covid-19 no Brasil**. Fórum Nacional de Educação do Campo: Fonec, Brasília, 2020.

MST. Circular nº19/2020. **Orientações políticas para o debate sobre o Calendário Escolar e Educação a Distância em tempos de pandemia**. Setor Nacional de Educação: MST, São Paulo, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 55.115/2020**. Dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo coronavírus). Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-55115-2020-rio-grande-do-sul-dispoe-sobre-medidas-temporarias-de-prevencao-ao-contagio-pelo-covid-19-novo-coronavirus>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 55.118/2020**. Estabelece medidas complementares de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo Coronavírus) no âmbito do Estado. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/decreto-55118.pdf>. Acesso em: 02 de abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Memorando Circular GAG/SEDUC nº 02/2020**: Orientações as Coordenadorias Regionais de Educação, e respectivas escolas, acerca das medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo COVID-19 (novo coronavírus) no âmbito da Rede Estadual de

Ensino. Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Educação, Porto Alegre, 2020.